



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça



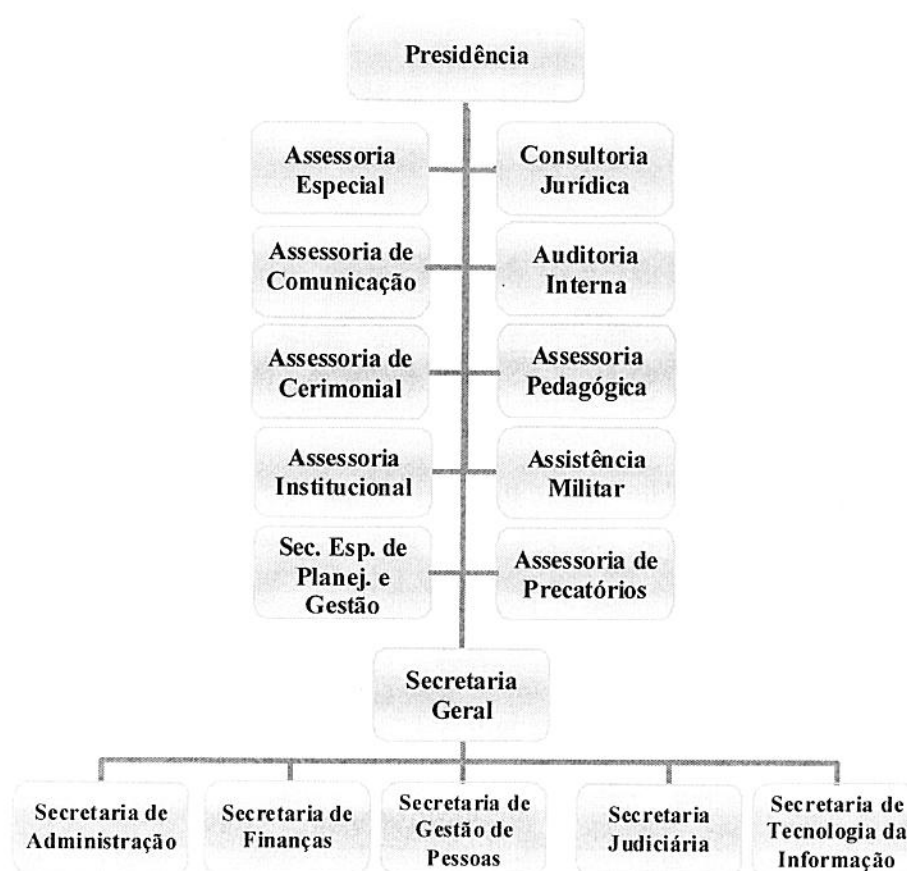
Sumário

1 Informações Preliminares	3
2 Indicadores Judiciários.....	6
3 Gestão Financeira.....	9
4 Realizações Diversas.....	10



1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O Poder Judiciário cearense tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2010-2014, aprovado em janeiro de 2010 pelo Tribunal Pleno, “prover justiça em busca da harmonia social”. No intuito de buscar o cumprimento da versada missão, bem como atender às competências que lhe são previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará), o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) conta com uma estrutura administrativa dividida entre secretarias e áreas de assessoria/consultoria, com seus respectivos departamentos, divisões e serviços, quando for o caso. De forma resumida, eis a configuração da referida estrutura em 31 de dezembro de 2013:





Relatório de Desempenho da Gestão 2013

Nessa conjuntura, saliente-se, primeiramente, que o TJCE procurou pautar-se pelos objetivos estratégicos que seguem, todos em consonância com o antecitado Plano Estratégico 2010-2014, cujos indicadores foram objeto de revisão e reformulação no ano de 2013:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TJCE		
Perspectivas	Objetivos	Indicadores de Desempenho
Sociedade	Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania	- Índice de satisfação do jurisdicionado.
Procedimentos	Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva	- Taxa de congestionamento 2º grau; - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau; - Taxa de congestionamento na fase de execução 1º grau; - Taxa de congestionamento Turmas Recursais; - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento Juizados Especiais; - Taxa de congestionamento na fase de execução Juizados Especiais; - Meta 1 de 2013 do CNJ; - Meta 2 de 2013 do CNJ; - Meta 18 de 2013 do CNJ; - Meta 2 de 2012 do CNJ; - Meta 2 de 2010 do CNJ; - Meta 3 de 2010 do CNJ; - Meta 2 de 2009 do CNJ;
	Exercer a responsabilidade socioambiental	- Percentual do Poder Judiciário impactado por ações socioambientais.
	Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça	- Número de novas unidades judiciárias implantadas; - Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão.
	Informar para conscientizar	- Índice de matérias institucionais positivas; - Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense.
	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	- Percentual do Poder Judiciário impactado por ações para a redução dos custos operacionais.



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TJCE		
Perspectivas	Objetivos	Indicadores de Desempenho
Recursos	Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições	- Número de parcerias formais em prol da justiça.
	Melhorar a produtividade	- Produtividade do magistrado 2º grau; - Produtividade do magistrado 1º grau; - Produtividade do magistrado Juizados Especiais; - Produtividade do magistrado Turmas Recursais; - Índice de Alcance das Metas Setoriais.
	Buscar a modernização contínua	- Número de boas práticas de gestão administrativa implementadas; - Meta 16 de 2013 do CNJ; - Meta 17 de 2013 do CNJ.
	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário	- Percentual de projetos estratégicos concluídos.
	Garantir a valorização dos magistrados e servidores	- Índice do Clima Organizacional.
	Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços	- Índice de capacitação nas competências estratégicas; - Quantitativo de vagas ofertadas em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM; - Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores; - Percentual de unidades judiciárias com quantidade adequada de pessoal.
	Automatizar e integrar procedimentos e sistemas	- Índice de virtualização dos processos judiciais novos; - Índice de cumprimento das Metas PETI alinhadas ao objetivo "Prover sistemas de TIC interoperáveis e documentados".
	Assegurar recursos para a execução da estratégia	- Índice de execução do orçamento estratégico; - Índice de otimização da arrecadação (em milhões)
	Garantir infraestrutura adequada	- Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns; - Índice de cumprimento das metas do PETI alinhadas ao objetivo "Garantir a infraestrutura de TIC necessária para as atividades Judiciais e Administrativas".



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

2. INDICADORES JUDICIÁRIOS

Na tentativa de alinhar o aludido Plano às propostas da nova gestão, foi procedida uma revisão estruturante em 2013, visando a uma melhor execução da estratégia elaborada por magistrados e servidores e aprovada pelo Tribunal Pleno. Nesta revisão foram atualizados projetos, indicadores e metas. Na oportunidade, as Metas Nacionais foram incluídas como indicadores estratégicos.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução), *recorribilidade* e *reforma da decisão*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	11.214
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	17.877
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	13.329
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	26.968
Recursos Internos no 2º Grau	12.555
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	13.367
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	7.291
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	21.125
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	4.975
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	16.806
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	28.782
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	169.855
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	158.555
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	397.276
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	2.448
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	3.504
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	39.496
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	187.952
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	18.410
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	111.304



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

1º GRAU – EXECUÇÃO

Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	21.081
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	5.561
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	191.871
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	15.390
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	324
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	5.512
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	13.446
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	14.107
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	34.246
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	35.182
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	8.470
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	16.383
Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	1.516
Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	6.597
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	1.015
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	4.799
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	55.084
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	2.910
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	68
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.537
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	14.344
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	21.197
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	1.730
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.438
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	3.077
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	9.625
TURMA RECURSAL	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	276
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	5.311
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	222
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	10.112
Recursos Internos nas Turmas Recursais	257
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	380